

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE IPORÁ, GOIÁS¹



LIBRAS

Analysis of the performance of the Brazilian language interpreter of signs in higher education in the municipality of Iporá, Goiás

Juliana do Nascimento Farias²
Vanderlei Balbino da Costa³

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar fatores que interferiram na Interpretação Simultânea (IS) realizada em sala de aula, nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Realizamos uma pesquisa bibliográfica e um estudo de casos qualitativo no Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Os sujeitos da pesquisa foram duas Intérpretes Educacionais (IE) e dois acadêmicos surdos. A análise dos dados concluiu que a IS realizada em sala de aula não contemplou as informações transmitidas pelos

ABSTRACT

The research aimed to analyze factors that interfered in the Simultaneous Interpretation (IS) performed in classroom in Public Institutions of Higher Education (IPES). We conducted a bibliographic research and a qualitative case study at the IF Goiano and the State University of Goiás (UEG). The research subjects were two Educational Interpreters (IE) and two deaf academics. The analysis of the data concluded

¹ Acesse aqui para ler em Libras: <https://youtu.be/DyPFjfAp9S4>.

² Instituto Federal Goiano – IF Goiano, Iporá, GO, Brasil; e-mail: juliana.farias@ifgoiano.edu.br

³ Universidade Federal de Jataí – UFJ, Jataí, GO, Brasil; e-mail: vanderleibalbino@gmail.com

professores, com a interferência de alguns fatores: falta de acesso aos materiais didáticos pelas IE, o desconhecimento dos termos específicos das diferentes áreas do conhecimento pelas IE e a relação de mediação entre os acadêmicos e as IE. Apesar da quantidade significativa de omissões durante a IS das aulas, percebe-se que a atuação das IE constitui, para os acadêmicos surdos, um dos meios de acesso ao conhecimento mais utilizado.

that the IS performed in the classroom didn't include the information transmitted by teachers because some factors interfered in the IS: lack of access to didactic materials by the IE, the ignorance of the specific terms in different areas of knowledge by the IE, and the mediation relationship between academics and IE. Despite the significant amount of omissions during the IS conducted during the classes, it's clear that the performance of the IE keeps going, for deaf academics, as one of the most used means of access to knowledge.

PALAVRAS-CHAVE

Educação de surdos; Intérprete educacional; Interpretação simultânea Português/Libras/Português.

KEYWORDS

Education of the deaf; Educational interpreter; Simultaneous interpretation Portuguese/Libras/Portuguese.

Introdução

A inclusão nas instituições educacionais dos surdos brasileiros, bem como o respeito à sua cultura, é resultado das lutas da comunidade surda pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua oficial do país. Essas conquistas foram materializadas em legislações, declarações e diretrizes que garantem a educação desses estudantes em Libras, por meio de metodologias e estratégias de ensino que atendam suas especificidades linguísticas e culturais em colaboração com a atuação do Intérprete Educacional (IE).

Dessa maneira, percebemos a importância do protagonismo da comunidade surda na luta pelos seus direitos e a obrigatoriedade do intérprete de Libras no ensino superior é um exemplo. No artigo 14 do decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005) a presença do IE tornou-se obrigatório nas instituições educacionais em todos os níveis que tenham alunos surdos matriculados. A publicação desse decreto foi uma importante conquista para o

acesso e a participação dos estudantes surdos nas instituições educacionais, porque é a partir da garantia desse profissional no âmbito educacional que os estudantes surdos deixaram de ser alunos de instituições especializadas para estudarem em instituições educacionais comuns, por poderem contar com a transmissão dos conteúdos na sua Libras, conforme está previsto nas diretrizes da Educação Inclusiva (EI).

Destacamos que utilizamos a sigla IE para nos referirmos ao Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS) que atua em âmbito educacional, para diferenciá-lo do profissional que atua nos demais contextos de tradução e/ou interpretação (LACERDA, 2015). Esta diferenciação faz-se necessária, justamente, pelas particularidades da Interpretação Simultânea (IS) durante o processo de ensino aprendizagem dos acadêmicos surdos.

Diante da importância da atuação do IE para a inclusão e a participação dos alunos surdos nas unidades educacionais e a escassez de pesquisas da atuação desse profissional, propomo-nos a estudar a atuação desse profissional no processo de IS Libras/Português na educação superior no município de Iporá, Goiás, com base no estudo de casos da atuação de duas intérpretes.

Desse modo, propomo-nos a desvelar aspectos relacionados ao IS em sala de aula, uma vez que, durante esse processo pode haver erros, equívocos e omissões que refletem na compreensão dos conteúdos pelos estudantes surdos. Portanto, o estudo apresentou a seguinte questão norteadora: a interpretação simultânea realizada em sala de aula na educação superior tem garantido aos acadêmicos surdos acesso aos conteúdos ministrados?

A pesquisa teve como objetivo geral analisar fatores que interferiram no desenvolvimento da interpretação simultânea realizada em sala de aula nas instituições públicas de ensino superior do município de Iporá, GO. A fim de alcançá-lo, delineamos os seguintes objetivos específicos, a saber: descrever aspectos legais e históricos sobre a educação e comunicação de pessoas surdas, assim como sobre o intérprete educacional e as teorias da interpretação; analisar a partir da dinâmica de interpretações os fatores que interferem na interpretação simultânea; verificar o acesso ao material pedagógico e acadêmico da aula e a termos específicos da área para o intérprete educacional; e discutir o papel e envolvimento do professor da disciplina e do intérprete educacional na aprendizagem do estudante surdo.

No estudo de casos realizado, buscamos conhecer o objeto, por meio da observação da atuação do IE em sala de aula, seguindo critérios preestabelecidos que foram utilizados para coletarmos os dados de forma sistemática. Logo, a observação foi nosso principal instrumento de coleta, pois nos permitiu a verificação direta de determinado fenômeno, seguida da entrevista semiestruturada com os sujeitos da pesquisa, intérpretes educacionais e acadêmicos surdos (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Em consonância com nossa opção metodológica, buscamos aporte teórico nos pressupostos da teoria Histórico-Cultural de Vygotsky (VYGOTSKY, 1997, 2008, 2009; DUARTE, 2011) e dos Estudos da Tradução/Interpretação (PAGURA, 2003, 2015; FREIRE, 2008; LIMA, 2012), em pesquisadores como Skliar (2013, 2015), Góes (2002), Quadros (2007, 2015), Leite (2005), Rosa (2005), Damázio (2007), Mantoan (2015), Prieto (2000) e Lacerda (1998, 2015). Tendo em vista a teia de variáveis no contexto educacional, elencamos três categorias de análise: acesso ao material da aula com antecedência, termos desconhecidos pelo IE de Libras e a relação de mediação entre os IE e os estudantes surdos.

Ao observarmos a atuação do IE, especificamente a IS realizada na sala de aula, constatamos que vários fatores interferiram na IS, dentre eles: a falta de acesso ao material das aulas, os termos desconhecidos pelos IE durante as IS e as interrupções dos alunos surdos ao fazerem questionamentos aos IE.

1. Aspectos metodológicos

O tratamento qualitativo desse estudo de casos deve-se ao fato de essa pesquisa analisar a IS desenvolvida em sala de aula, considerando o contexto social interativo desse ambiente. Para Lüdke e André (2013, p. 20), o estudo qualitativo “é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. As autoras ainda acrescentam que o estudo de caso é uma forma de pesquisa qualitativa, com grande aceitação na área da educação pelo seu potencial para estudar questões relacionadas à escola.

Dessa maneira, o estudo de casos pretendido buscou conhecer o objeto por meio da observação da IS realizada durante as aulas. Lüdke e André (2013), afirmam que a observação é uma das técnicas utilizadas para a coleta de dados:

(...) tanto quanto a entrevista, a observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional. Usada como o principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens. Em primeiro lugar, a experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de determinado fenômeno (LÜDKE; ANDRÉ, 2013, p. 30).

Partindo dessa concepção, utilizamos a observação como nosso principal método de investigação e de coleta de dados. Dessa maneira, coletamos os dados, em outubro de 2018, durante a explicação dos conteúdos em sala de aula, no turno noturno, no qual estava matriculado o aluno do IF Goiano e nos turnos vespertino e noturno, nos quais estava matriculado o aluno da UEG.

Durante as observações, utilizamos notebook para fazermos os registros dos dados, por meio de filmagens e gravações de áudios. Posteriormente, realizamos entrevistas semiestruturadas com as IE de Libras e com os acadêmicos surdos a fim de, respectivamente, traçarmos o perfil profissional dos intérpretes e de conhecer um pouco a trajetória desses acadêmicos, assim como coletarmos os dados referentes ao acesso ao material das aulas com antecedência.

Para o levantamento e o registro dos dados, referentes à IS realizada em sala de aula, construímos tabelas que descrevem, pontualmente, as ocorrências dos fatores relacionados à interpretação, que serviram de base para elencar as categorias de análise. Esses registros foram feitos nos dias seguintes a cada filmagem, pois conforme Lüdke e André (2013, p. 37), “uma regra geral sobre quando devem ser feitas as anotações é que, quanto mais próximo do momento da observação, maior sua acuidade”.

Para transcrever a fala dos estudantes surdos nas análises dos dados, utilizamos o Sistema de Notação em Palavras, que utiliza as mesmas palavras da Língua Portuguesa para representar aproximadamente os sinais. Dessa maneira, utilizamos as seguintes convenções para realizar transcrição: o termo em português é escrito em letras maiúsculas, a @ substitui a marca de gênero e os nomes próprios e a digitação de palavras é representada letra por letra seguidas de hífen (FELIPE, 2007).

Os critérios para selecionar as aulas que constituíram o corpus de análise das IS consistiram em selecionar quatro aulas de cada IPES que exibiram maior duração e número considerável de intervenções durante a realização das IS.

Para análise dos dados, também utilizamos planilha eletrônica disponibilizada no Google Drive para a construção dos quadros e gráficos. Essa ferramenta web permite extrair, separar ou filtrar os dados, assim como acesso remoto, edição colaborativa e armazenamento na nuvem.

É evidente que no contexto dinâmico de sala de aula, verificamos outros fatores que também interferiram na IS como: a fala muito rápida do professor, barulhos, cansaço do IE de Libras por trabalhar sozinho, que, porém, não foram discutidos neste trabalho, pois nos limitamos a desenvolver a análise das IS considerando as três categorias de análise discutidas neste estudo.

2. Análise da interpretação simultânea em sala de aula

Organizamos a análise dos dados da seguinte maneira: análise da IS de cada aula, em que realizamos sínteses de momentos pontuais observados durante as aulas, dentre os quais destacamos os momentos que demonstraram fatores que interferiram na IS e, em seguida, discutimos os dados de acordo com as três categorias de análise elencadas, acesso ao material da aula com antecedência, termos desconhecidos pelas IE de Libras e a relação de mediação entre as IE e os estudantes surdos.

2.1 Categoria: acesso ao material da aula com antecedência

O acesso ao material com antecedência objetiva fornecer recursos para que o IE possa estudar e buscar os sentidos dos termos que serão utilizados em sala de aula. Para Lacerda (2015), a falta de acesso aos materiais das aulas compromete a equivalência da interpretação devido à necessidade de alcançar o sentido dos termos durante a IS.

Já na interpretação, todo o conhecimento do tema que está sendo tratado, o vocabulário específico e as expressões precisam estar disponíveis *a priori*, pois durante a tradução simultânea não há tempo para consultas ou reflexões. As escolhas linguísticas precisam ser rápidas e por isso a bagagem cultural do intérprete precisa ser ampla (LACERDA, 2015, p. 18).

Diante do exposto, fica clara a importância e premência das IE terem acesso, com antecedência, aos materiais das aulas que irão interpretar, pois mes-

mo sabendo os sinais, é necessário compreender o sentido dos termos utilizados durante a explicação dos conteúdos. Infelizmente, o quadro a seguir, demonstra que não houve repasse ou disponibilização dos materiais das aulas analisadas.

Quadro 1 - Análise do acesso ao material das aulas pelas intérpretes educacionais

Instituição	Aulas	Acesso ao material	Sem acesso ao material
Instituto Federal Goiano	1A	-	X
Instituto Federal Goiano	2A	-	X
Instituto Federal Goiano	3A	-	X
Instituto Federal Goiano	4A	-	X
Universidade Estadual de Goiás	1B	-	X
Universidade Estadual de Goiás	2B	-	X
Universidade Estadual de Goiás	3B	-	X
Universidade Estadual de Goiás	4B	-	X

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nessas informações, observamos que em ambas as instituições as profissionais não tiveram acesso ao material em nenhuma das aulas analisadas, assim como nas demais, que foram desconsideradas. Desse modo, em todas as aulas as IE realizaram a IS sem a oportunidade de se prepararem em relação aos conteúdos que iriam interpretar.

Lacerda (2002) afirma que, no contexto de sala de aula, se o IE não tiver acesso a esse material, conseqüentemente, haverá perdas de informações durante a IS.

O intérprete precisa poder negociar conteúdos com o professor, revelar suas dúvidas, as questões do aprendiz e por vezes mediar a relação com o aluno, para que o conhecimento que se almeja seja construído. O incômodo do professor frente à presença do intérprete pode levá-lo a ignorar o aluno surdo, atribuindo ao intérprete o sucesso ou insucesso desse aluno (LACERDA, 2002, p. 123).

Os dados apresentados nas entrevistas com as IE também convergiram para essa questão, pois relataram que não tiveram acesso ao material das aulas. A seguir, apresentamos trechos das entrevistas transcritos, na íntegra, conforme a fala das profissionais.

Quadro 2 – Trecho das entrevistas com as intérpretes educacionais de Língua Brasileira de Sinais

Intérprete 1: O que eu acredito que interfere na interpretação é o fato de não conseguir ter acesso antecipado ao conteúdo. Por essa razão fica mais complicado interpretar, pois o intérprete tem que, literalmente, se virar e tentar uma interpretação que seja próxima do que o professor quer repassar para o aluno. E, ainda, o fato de os professores não prepararem as aulas pensando nos alunos com deficiência, principalmente o aluno surdo. As metodologias utilizadas pelos professores são todas voltadas para os alunos sem deficiência e os alunos surdos ficam prejudicados ainda mais. Pois já têm a dificuldade na hora da interpretação, devido ao fato de o intérprete não ter acesso aos materiais, e ainda ficam com mais dificuldades na hora das explicações, pois todos os materiais são voltados para os demais alunos sem deficiência e o surdo só vai ficando prejudicado cada vez mais. E os materiais utilizados pelos professores não ajudam em nada os intérpretes. Acabam na maioria das vezes é deixando o intérprete confuso, o que dificulta na hora da interpretação.

(Entrevista, 2018).

Intérprete 2: O que prejudica a IS é a entrega de textos para mim com antecedência para eu fazer a leitura, porque tem alguns assuntos, conteúdos, que eu não conheço, aí a IS acaba prejudicando um pouco, a falta de conhecimento do próprio conteúdo dos sinais, e faltam muito recursos de imagens.

(Entrevista, 2018).

Fonte: Dados da pesquisa.

Tanto nas observações quanto nas entrevistas, os dados revelaram que não houve repasse dos materiais das aulas para as IE. Desse modo, percebemos que o trabalho colaborativo entre as IE e os professores regentes ainda não se efetivou em ambas as instituições.

Contudo, esclarecemos que a falta de acesso ao material das aulas não isenta as profissionais de estarem sempre aprendendo novos sinais, pois compete a elas buscarem compreender novos conceitos e terminologias nas diferentes áreas do conhecimento, uma vez que não é possível prever tudo que será dito pelos professores.

Conforme postula a Teoria Interpretativa da Tradução, o acesso ao material, com antecedência, garantirá os complementos cognitivos necessários durante a interpretação. Para Pagura (2015, p. 198) o intérprete alcança o sentido da mensagem pela “fusão do significado linguístico das palavras e frases com os complementos cognitivos”

Concluimos, assim que, para o desenvolvimento dos complementos cognitivos, os quais envolvem os contextos verbal, situacional e cognitivo, o

IE precisa ter conhecimento linguísticos e culturais dos conteúdos. Portanto, faz-se necessário o repasse aos IE do material das aulas, bem como a disponibilidade de momentos com os professores para sanar dúvidas conceituais em relação aos conteúdos.

2.2 Categoria: termos desconhecidos pelo Intérprete Educacional de Libras

O conhecimento prévio dos termos que serão utilizados durante as aulas permite a realização da interpretação, de acordo com o contexto e o sentido a que se propõe a explicação dos conteúdos. Nesse sentido, Quadros (2003) ressalta:

(...) pensa-se no intérprete como um reproduzidor de textos, sinais, palavras sentenças, quando na verdade sabemos que somente sinais, palavras e sentenças não são suficientes para que o surdo construa sua concepção referente ao discurso. (QUADROS, 2003, p. 79).

A autora amplia as discussões para além da equivalência dos sinais e palavras, pois a depender da maneira como o professor ensina os conteúdos, as aulas poderão ficar sem sentido para os estudantes surdos. Apresentamos no quadro a seguir o levantamento dos termos desconhecidos pelas IE.

Quadro 3 – Termos desconhecidos pelas intérpretes de Língua Brasileira de Sinais

Instituição	Aula	Disciplinas	Termos desconhecidos
Instituto Federal Goiano	1ª	Desenvolvimento e Gerenciamento de Projetos	Copilar
Instituto Federal Goiano	2ª	Programação Orientada a Objetos	<i>Double, void, null, main, método deposita.</i>
Instituto Federal Goiano	3A	Programação Orientada a Objetos	<i>NetBeans</i>
Instituto Federal Goiano	4ª	Programação Orientada a Objetos	<i>NetBeans, instanciar.</i>
Universidade Estadual de Goiás	1B	Geografia Política e Geopolítica do Espaço Mundial	Conflitos, diamante, petróleo
Universidade Estadual de Goiás	2B	Geografia Política e Geopolítica do Espaço Mundial	Cristianismo, muçulmanos, tanque de guerra, machismo.

Universidade Estadual de Goiás	3B	Pedologia	Granulometria, orgânicos, densidade, porosidade, denso, ácido, quartzo, silicatos, feldspato, dióxido de ferro, argila oxídica, argila coloidal.
Universidade Estadual de Goiás	4B	Pedologia	Percolação, lençol freático, composição química, minerais, imperismo, hidroxila, alumínio, silicato, ligações iônicas, cristais, tetraédrica, octaédrica, silício, caulinita, intemperismo, decomposição, latossolos, tropical, fértil, ilitas, expansiva, íons, vermiculita.

Fonte: Dados da pesquisa.

As disciplinas que tiveram maior número de termos desconhecidos pelas IE foram Pedologia (4B, 3B), no curso de Licenciatura em Geografia, na UEG e Programação Orientada a Objetos (2A, 4A), no curso Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, no IF Goiano. Além dos termos desconhecidos na Língua Portuguesa como “método”, “instanciar”, “granulometria”, “oxídica”, “tetraédrica” e “muçulmanos, também foram ensinados conceitos que envolviam palavras em inglês como *double*, *void*, *null*, *main* e *NetBeans*.

De acordo com os pressupostos da Teoria Interpretativa da Tradução, “um discurso oral se apresenta sem ruptura em sua continuidade e um ouvinte não se concentra em palavras ou expressões isoladas para o entendimento da mensagem” (PAGURA, 2012, p. 77). Dessa maneira, mesmo diante da quantidade de termos desconhecidos nas aulas, as IE buscaram, ao máximo, interpretar as explicações, utilizando o processo da desverbalização, desprendendo-se da equivalência de palavras e sinais.

Entretanto, verificamos que os termos desconhecidos utilizados durante a explicação das aulas provocaram duas situações: ou as IE não conseguiram alcançar a percepção para compreender seu significado e, conseqüentemente, não conseguiram interpretar, ou não alcançaram a equivalência dos termos durante a IS, resultando em omissões de informações. O cerne da Teoria Interpretativa

da Tradução consiste no argumento de que para interpretar não basta conhecer a língua e o significado das palavras, o IE precisa ter bagagem cognitiva, capacidades lógicas que levem em conta o sentido do discurso e os sentidos produzidos nas relações concretas de interação (PAGURA, 2003).

Sob essa perspectiva, avaliamos que essas situações poderiam ser evitadas por meio da efetivação do trabalho colaborativo entre as IE e os professores regente, uma vez que possibilitaria às IE entenderem o significado dos termos específicos das diferentes disciplinas, porque o IE, na maioria das vezes, não tem esse conhecimento ou não existem sinais para termos específicos, dificultando ainda mais a realização da IS.

2.3 Categoria: relação de mediação entre o aluno surdo e o IE de Libras

As ações pedagógicas para inclusão dos estudantes surdos nas IPES observadas, revelaram-se insuficientes para atendê-los, transferindo para as IE a responsabilidade de retomar os conteúdos, em outros momentos e auxiliá-los nas atividades propostas. Sobre essa questão Rosa (2005) destaca:

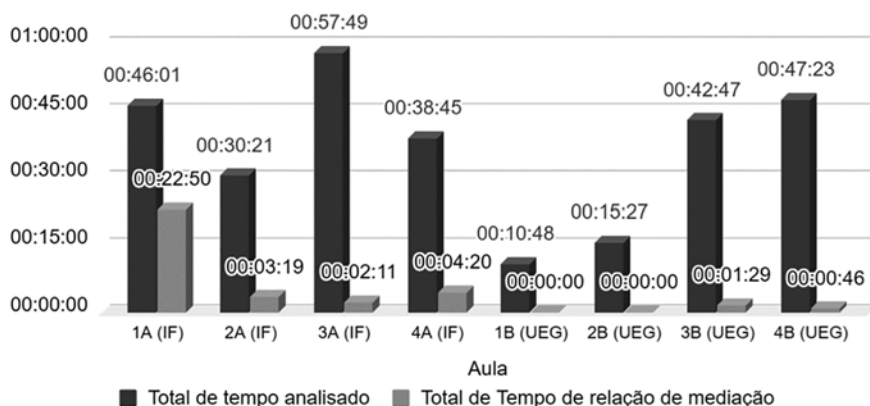
(...) fato é que, com a presença do intérprete de língua de sinais em sala de aula, o professor ouvinte pode ministrar suas aulas sem preocupar-se em como passar esta ou aquela informação por meio de sinais, atuando apenas na língua de que tem domínio. E isso não altera em nada a forma como a educação tem sido conduzida. Ou seja, a escola não se modifica, como se prevê nos documentos de inclusão, em razão da presença do aluno surdo; ao contrário, esse aluno se “ajusta” ao modelo educacional vigente (ROSA, 2005, p. 197).

Diante desse cenário, a IS realizada em sala caracterizou-se como um recurso pedagógico para a transmissão dos conteúdos, limitado à atuação do IE, sem o devido planejamento com os professores. Dessa maneira, os momentos de interrupção da IS provocados pelos alunos aconteceram a fim de obterem alguns esclarecimentos sobre as atividades que iriam realizar ou para sanarem dúvidas durante a IS (explicação dos conteúdos). Consequentemente, para atenderem aos questionamentos dos alunos, as IE deixaram de interpretar os conhecimentos ensinados pelos professores, portanto, houve perdas de informações para os acadêmicos.

Convencionamos nesta pesquisa a expressão “relação de mediação” para nos referirmos aos momentos que as IE deixaram de realizar a IS para

responderem questionamentos dos estudantes sobre os conteúdos ou atividades. Utilizamos o gráfico a seguir para demonstrarmos os momentos que os acadêmicos interromperam a IS.

Figura 1 – Relação de mediação entre o aluno surdo e a intérprete educacional de Língua Brasileira de Sinais



Fundamentados nessa análise, constatamos que os estudantes dirigem seus questionamentos às IE e não aos professores regentes. Observamos também que as IE estabelecem relação de mediação entre os estudantes e o conhecimento. Os momentos de mediação variaram de acordo com as necessidades de cada aluno. A exemplo disso, temos a aula 1ª, que apresentou maior tempo dessa relação, porque o aluno iria apresentar um trabalho na aula seguinte, interrompendo a IS da aula várias vezes para sanar suas dúvidas.

Contudo, acreditamos que a atuação das IE na educação superior não se restringiu à função técnica de interpretar o discurso, pois no âmbito educacional é inevitável estabelecer relações de mediação entre o aluno e o conhecimento. Entretanto, o IE deve agir com cautela e com auxílio do professor regente, uma vez que não pode assumir a responsabilidade pelo ensino dos conteúdos, o qual compete ao docente da disciplina. Face ao exposto, Lacerda e Bernadinho (2014, p. 66) consideram que a atuação do IE deve ser realizada em parceria com o professor.

É preciso que a atuação do intérprete se constitua em parceria com o professor, propiciando que cada uma cumpra com seu papel, em uma atitude colaborativa, em que cada um possa sugerir coisas ao outro, promovendo a melhor condição possível de aprendizagem (LACERDA; BERNARDINHO, 2014, p. 69).

A responsabilização das IE pela aprendizagem e realização das atividades acadêmicas foi confirmada nas entrevistas com os acadêmicos surdos. A seguir apresentamos nos quadros 4 e 5 as transcrições dos trechos das entrevistas com as respectivas traduções.

Quadro 4 – Trecho da entrevista com o aluno surdo

Número 1: *achar mais difícil porque atividade não-entender palavras contexto. também não-ter adaptação atividades textos não-ter adaptação prova por-isso eu esperar muito. insistir que ifgoiano entender claro eu pessoa surda porque achar difícil culpa minha palavras português que ler mais atividade culpa eu português porque aprender como? diferente surdo por-isso difícil por-isso eu insistir ifgoiano que? reunião também napne resolver fazer prova atividade qualquer ler adaptação mudar mas muito até hoje. ano 2018 melhorar mas passado estudar ifgoiano 2014 esforçar estudar começar achar muito difícil ifgoiano porque alguns professores não entender inclusão aprender que? exemplo surdo professor aprender fazer el@ professor@ achar ruim igualdade surdo ouvinte igual atividade prova ignorar surdo por-isso eu fazer insistir. também intérprete me 3sajudar1s' entender também esforçar quatro-anos insistir demorar napne 3sajudar1s'insistir até 2018 melhorar professor@ novos parecer alguns pouco não-gostar inclusão melhor eu insistir.*

(Entrevista, 2018).

Tradução do texto da Libras para o Português.

Número 1: Achei muito difícil, porque alguns professores não entendem a inclusão escolar. Por exemplo, se tem um surdo estudando o professor precisa aprender como o aluno surdo aprende; entretanto, o professor acha ruim, vê o surdo igual aos ouvintes, oferecendo as mesmas atividades, ou seja, ignora as especificidades da surdez. Assim, o intérprete se esforça para entender e me ajudar. Tem quatro anos que eu insisto e o NAPNE me ajuda. Só agora, em 2018, melhorou um pouco porque chegaram novos professores. Percebo que há menos professores que não gostam da inclusão, assim melhorou, mas eu vou continuar insistindo.

(Tradução feita pela pesquisadora).

Fonte: Dados da pesquisa.

Observamos, nesse trecho da entrevista, que ainda não há planejamento das aulas para atender as especificidades linguísticas do aluno, sendo atribuído a IE a responsabilidade de auxiliá-lo na realização das atividades. Vale ressaltar, a revolta do acadêmico surdo ao relatar que alguns professores ignoram a necessidade de adaptações das atividades sendo aplicado as mesmas avaliações dos demais.

Quadro 5 – Trecho da entrevista com o aluno surdo

Número 2: *fora nada sozinho eu. segunda-feria terça-feira quarta-feira quinta-feira sexta-feira ueg estudar noite sábado cedo sete acordar cedo. oito nós dois j-é-s-s-i-c-a intérprete sala ueg. aqui escrever atividade não-entender nada português respostas escrever sala cedo precisar intérprete.*
(Entrevista, 2018).

Tradução do texto da Libras para o Português.

Número 2: Em outro lugar não consigo fazer nada sozinho. Segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira estudava à noite e no sábado acordava 7h. Às 8h, Jéssica e eu já estamos em sala de aula na UEG. Aqui, faço as atividades porque não entendo o português e preciso da ajuda da intérprete para escrever as respostas.
(Tradução feita pela pesquisadora).

Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse trecho da entrevista percebemos que o aluno só consegue realizar as atividades com o auxílio da IE. Esse suporte nas atividades é desenvolvido em momentos extraclasse, previstos na carga horária (30h) da profissional.

Esses relatos ilustram que, em ambas as IPES, a inclusão dos alunos surdos tem se limitado à atuação das IE em sala de aula para realizarem a IS e auxiliarem os estudantes no desenvolvimento das atividades. Sobre essa questão, Lacerda e Bernardinho (2014) alertam que:

a presença do intérprete não assegura que questões metodológicas, levando em conta os processos próprios de acesso ao conhecimento, sejam consideradas ou que o currículo escolar sofra ajustes para dar conta das peculiaridades e aspectos culturais da comunidade surda” (LACERDA; BERNADINHO, 2014, p. 66).

Desse modo, entende-se que o sucesso da IS realizada em sala de aula está vinculado a ajustes curriculares que atendam as especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos, assim como a adaptações das atividades e a flexibilização curricular que proporcionem a utilização de recursos visuais.

Nesse sentido, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação de surdos pode ser um instrumento que amplie as possibilidades de compreensão dos conteúdos, pois possibilitam melhor interatividade entre o estudante e o conteúdo.

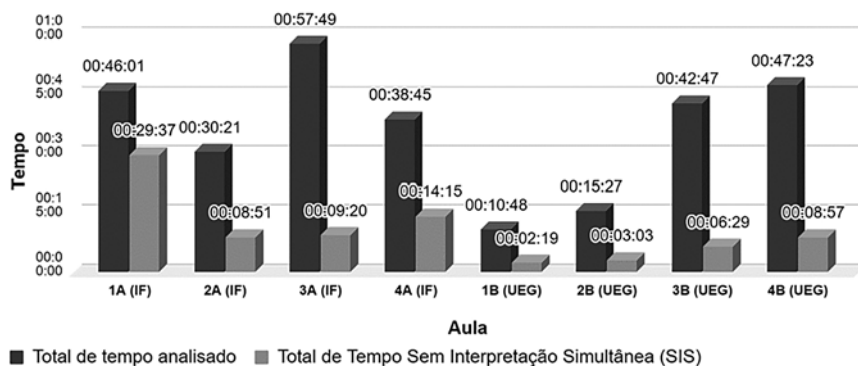
Por fim, destacamos que a função das IE de Libras no ensino superior não se limitou à atuação técnica de interpretar as aulas, uma vez que as profissionais desenvolveram relações de mediação entre o aluno e o conhecimento além da

medida necessária, pois deveria prevalecer a mediação da comunicação entre o aluno e o professor, por ser este o responsável pela mediação do conhecimento.

2.4 Conclusão dos dados: a interpretação simultânea em sala de aula

Os dados analisados, demonstraram que os fatores que interferiram na IS provocaram em todas as aulas perdas de informações para os estudantes surdos, pois, enquanto os professores forneciam novos conhecimentos, esses fatores interromperam a IS, gerando vários momentos sem interpretação da explicação dos conteúdos. O gráfico, a seguir, apresenta o total de tempo de cada aula e o tempo total sem IS provocados por esses fatores.

Figura 2 – Tempo de interrupções da interpretação simultânea realizada em sala de aula



Verificamos que a IS em sala de aula requer das IE habilidades técnicas e pedagógicas, assim como a efetiva realização de um trabalho colaborativo entre as IE de Libras e os professores regentes. Nesse intuito, é necessário que as IE trabalhem em parceria com os professores, tanto para terem previamente acesso ao material das aulas quanto para comunicar aos docentes omissões durante as interpretações das aulas.

O trabalho do IE vai além de fazer escolhas ativas sobre o que deve traduzir, envolvendo também modos de tornar conteúdos acessíveis para o aluno, ainda que implique solicitar ao professor que reformule sua aula, pois uma tradução correta do ponto de vista linguístico nem sempre é a melhor opção educacional para propiciar o conhecimento (LACERDA, 2015, p. 35).

As discussões das categorias de análises apontam para a premência na efetivação do trabalho colaborativo entre o IE e os professores regentes, para que juntos

possam fornecer condições pedagógicas suficientes para garantir acesso ao conhecimento por meio da IS e das metodologias e estratégias de ensino utilizadas pelos docentes, visando a minimizar possíveis fatores que impossibilitem a realização da IS.

Dessa maneira, para que atuação do IE seja satisfatória no que tange à IS das aulas, faz-se necessário a reestruturação da forma como as aulas são desenvolvidas, por meio de políticas públicas que tornem o trabalho colaborativo entre o IE e os professores regentes obrigatório. Caso contrário, continuaremos ofertando uma educação bilíngue pautada no sentido restrito ao uso da Libras, por meio da interpretação. Lacerda, ao se referir à educação bilíngue para estudantes surdos, faz o seguinte alerta:

Essencial na Educação Bilíngue, o intérprete tem sido apontado, em algumas discussões, como o único profissional necessário quando da inclusão educacional de surdos. É preciso cautela e um olhar atento para a atuação do intérprete, que é parte de uma equipe de profissionais que deve figurar no espaço educacional inclusivo – mas não o único responsável pela Educação Bilíngue (SANTOS; LACERDA, 2015, p. 509).

A capacitação de professores para atender os estudantes surdos depende de formação acadêmica e continuada que os capacite a desenvolver aulas acessíveis a todos. Nesse sentido, Padilha (2014) analisa que há dois grandes desafios em relação à qualificação de professores para atender as pessoas com necessidades educacionais específicas. O primeiro refere-se à exigência de conhecimentos e práticas que a maioria dos cursos de graduação não oferece e o segundo, refere-se aos cursos de capacitação continuada que não têm conseguido resultados satisfatórios.

Esses desafios não estão desvinculados ou desligados das políticas públicas e dos seus fundamentos. Nas IPES do município de Iporá, verificamos que as políticas públicas de inclusão escolar para os acadêmicos surdos ainda não atendem às especificidades linguísticas e educacionais no processo de ensino aprendizagem, limitando-se à oferta de IE para garantir a mediação do discurso.

Desse modo, em consonância com os pressupostos vygotskiano, a inclusão dos acadêmicos surdos na educação superior não deve limitar-se apenas à utilização da Libras em sala de aula por meio da atuação do IE, pois esse entendimento consiste numa visão simplificada da língua como instrumento de comunicação. Para Vygotsky (2009), a língua não se limita a um instrumento de comunicação, mas permite o desenvolvimento da linguagem, a qual é essencial

para a interação entre os sujeitos e a compreensão do mundo à sua volta.

Portanto, a atuação das IE de Libras na educação superior carece de ações colaborativas entre os profissionais envolvidos no processo de ensino aprendizagem dos acadêmicos surdos. Para mudar esse cenário, faz-se necessário que as IPES busquem ações pedagógicas que tenham a visão como eixo central para tornar os conteúdos mais acessíveis para esses estudantes e possibilitem sua autonomia no desenvolvimento das atividades.

Considerações finais

Este estudo se propôs a analisar a dinâmica da Interpretação Simultânea (IS) realizada em sala de aula pelo Intérprete Educacional (IE), nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), do município de Iporá-Goiás considerando o contexto histórico-cultural do qual os sujeitos da pesquisa fizeram parte. Ao apresentarmos discussões sobre a Interpretação Simultânea (IS) realizada em sala de aula, desvelamos a inclusão escolar dos estudantes surdos nas Ipes no município de Iporá-Goiás.

A atuação do IE nas instituições de ensino brasileiras visa a atender os pressupostos da Educação Inclusiva (EI), que estabelecem que a educação de surdos, em todos os níveis de ensino, deve ser desenvolvida de acordo com o Bilinguismo.

Entretanto, a prática de uma proposta bilíngue para a educação superior está sendo desenvolvida considerando-se apenas o uso de duas línguas, o português (escrito ou falado) falado e escrito pelo professor e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) durante os processos de tradução ou interpretação (consecutiva e/ou simultânea), sem considerar os aspectos linguísticos e culturais que envolvem a compreensão do discurso pelos acadêmicos surdos.

Desse modo, a transmissão dos conteúdos a esses estudantes não deve se limitar ao ato interpretativo, são necessárias metodologias e estratégias de ensino que auxiliem a compreensão do discurso por meio da Interpretação Simultânea (IS).

Até há pouco tempo, havia poucos surdos nas universidades, sua formação educacional era ofertada e desenvolvida por instituições especializadas. No entanto, com o reconhecimento da Libras e a implantação da EI no país, os sujeitos surdos conquistaram o direito à educação básica nas instituições de Ensino Regular e também em Escolas Bilíngues e, atualmente, chegaram às universidades em várias áreas de conhecimento.

Ao analisarmos a atuação do IE, e especificamente a IS realizada na sala de aula, observamos que vários fatores interferiram na IS, dentre eles: a falta de acesso ao material das aulas; a utilização, pelo professor, de termos desconhecidos pelas IE e as interrupções dos alunos surdos ao fazerem questionamentos às IE durante a execução da IS.

Acrescente-se a esses fatores que, além de realizarem a IS sem saber conceitos e terminologias utilizadas nas aulas, recaiu sob as IE a responsabilidade de ensinar os conteúdos ministrados, assim como a obrigatoriedade de auxiliá-los nas atividades propostas pelos docentes, tanto em sala de aula como em atividades e trabalhos acadêmicos extraclasse.

Diante dos resultados expostos, concluímos que o sucesso da atuação do IE está diretamente ligado à efetivação do trabalho colaborativo entre o docente e o IE. Desse modo, inferimos que esta ação possibilitará, a ambos, os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de aulas acessíveis aos estudantes surdos, pois sem os complementos cognitivos necessários o IE realizará a IS de forma fragmentada, conforme observamos no significativo número de momentos sem IS durante as aulas.

Para Vygotsky (2007), a mediação do signo e da linguagem é mediada pelas palavras e pelo outro. Dessa maneira, é imprescindível que haja uma reestruturação institucional em relação à carga horária dos professores que trabalham com alunos surdos e dos IE, disponibilizando horas-aula para a realização do planejamento colaborativo entre o docente e o IE.

Reconhecemos que a atuação do IE na educação superior é uma significativa conquista de direitos do povo surdo brasileiro. Desse modo, a atuação de intérpretes nos cursos superiores é uma realidade, contudo, ainda carece de mais estudos aprofundados que demonstrem suas particularidades para que possamos oferecer aulas verdadeiramente acessíveis para os educandos surdos, pois a mediação do conhecimento só será possível se a linguagem utilizada em sala de aula for apropriada por todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Esperamos que, ao analisarmos a IS Libras/Português realizada em sala de aula, possamos contribuir com o processo de inclusão escolar dos estudantes surdos e despertar novos estudos sobre a atuação do IE em nosso país que forneçam subsídios para a elaboração de normativas e diretrizes específicas para atuação no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.html]. Acesso em: 14 jul. 2017.
- FELIPE, T. A. *Libras em contexto: curso básico: livro do estudante*. 2007. Disponível em: [http://www.faseh.edu.br/biblioteca/_arquivos/acervo_digital/Libras_em_contexto_Livro_do_Professor.pdf]. Acesso em: 17 out. 2018.
- LACERDA, C. B. F.; BERNARDINO, B. M. O papel do intérprete de língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. In: LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. (Orgs.) *Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização*. Porto Alegre: Mediação, 2014, p. 65-79.
- LACERDA, C. B. F. *Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Porto Alegre: Mediação, 2015.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- PADILHA, A. M. L. Desafios para a formação de professores: alunos surdos e ouvintes na mesma sala de aula? In: LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. (Orgs.) *Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização*, Porto Alegre: Mediação, 2014.
- PAGURA, R. J. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. *DELTA*, São Paulo, v. 19, spe, p. 209-236, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-44502003000300013&script=sci_abstract&tlng=pt]. Acesso em: 19 jun. 2018.
- PAGURA, R. J. Tradução & interpretação. In: AMORIM, L. M.; RODRIGUES, C. C.; STUPIELLO, É. (Orgs.) *Tradução & Interpretação: perspectivas teóricas e práticas*. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 183-207. Disponível em: [<http://books.scielo.org/id/6vkk8/pdf/amorim-9788568334614-09.pdf>]. Acesso em: 10 abr. 2017.
- PAGURA, R. J. A Teoria Interpretativa da Tradução (Théorie du Sens) revisitada: um novo olhar sobre a desverbalização. *TradTerm*, São Paulo, v. 19, p. 92-108, nov. 2012. Disponível em: [<http://www.periodicos.usp.br/tradterm/article/view/47347/51084>]. Acesso em: 20 abr. 2018.
- ROSA, A. S. *Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete*. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2005.
- SANTOS, L. F.; LACERDA, C. B. F. Atuação do intérprete educacional: parceria com professores e autoria. *Cad. Trad.*, Florianópolis, v. 35, nº especial 2, p. 505-533, jul./dez. 2015. Disponível em: [<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/21757968.2015v35nesp2p505>]. Acesso em: 10 dez. 2018.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. Tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Astro Afeche, 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- VYGOTSKY, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução Paulo Bezerra, 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.